



TERMO DE REFERÊNCIA

CONTRATAÇÃO DO DOCENTE: CÉSAR AUGUSTO RODRIGUES SAMPAIO PARA MINISTRAR O CURSO PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO – PJE: Teoria e Prática (Formato Online/remoto)

Belém – PA.
Agosto/2022



TJAPPRO20220335SV01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR e LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD.
Use 3361429 21792185-2025 - para a consulta à autenticidade em http://siga10-n06.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3361429_21792185-2025
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA Data e hora: 22/09/2022 17:17





PROCESSO ADMINISTRATIVO T~~J~~PA – PRO-2022/03359

• DO OBJETO

Contratação direta de docente de renome, César Augusto Rodrigues Sampaio, para ministrar o curso: “Processo Judicial Eletrônico – PJE: Teoria e Prática” no formato remoto, através da plataforma Teams, conforme descrito no *Projeto Pedagógico*(anexo I) e na *Proposta Financeira Docente*(anexo II) que fazem parte integrante e indissociável do presente Termo, no período, carga horária e condições especificadas nos referidos documentos.

DA FUNDAMENTAÇÃO

.1 Justificativa da contratação

Uma das funções principais da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará – EJPÁ é a formação e desenvolvimento profissional de seus servidores(as), promovendo a compreensão e clareza de seu papel nas atividades. Assim, diante da crescente virtualização dos processos, ocasionando a obsolescência das rotinas que envolviam os processos físicos, é que se faz necessário disseminar conhecimento das rotinas e dos fluxos processuais dos processos eletrônicos.

O objetivo da ação educacional presente é proporcionar aos novos(as) servidores(as) e demais interessados lotados nas Unidades Judiciárias do Poder Judiciário do Pará, o contato com os fluxos e rotinas do Processo Judicial Eletrônico, possibilitando que o(a) servidor(a) conheça o sistema processual no qual os processos são integralmente virtuais, o que gera uma gama de novas rotinas para o usuário.

Neste sentido, a proposta metodológica da ação educacional é focada em atividades que visam garantir conhecimentos básicos e necessários ao aluno, a partir de aulas expositivas e dialogadas, abordando as rotinas de maneira simples e objetiva, com a finalidade de oferecer a estes servidores(as) conteúdos relativos às questões aqui destacadas.



TJAP-PRO202203359V01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR e LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD.
Use 3361429 21792185-2025 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n06.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3361429.21792185-2025>
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA. Data e hora: 22/09/2022 17:17





A presente demanda está alinhada ao Planejamento Estratégico do Poder Judiciário do Pará (2021-2026), vinculada ao Macrodesafio: Aperfeiçoamento da Gestão de Pessoas, visando atender a seguinte iniciativa estratégica: Aperfeiçoamento da formação de magistrados e magistradas, servidores e servidoras.

O objetivo final é contribuir para o alcance da excelência da prestação jurisdicional, com o emprego de técnicas legais que envolvam o tema em comento na/da jurisdição estadual.

Forma e o critério de seleção do fornecedor com a indicação da modalidade, o tipo de licitação e a forma de adjudicação

O serviço que constitui o objeto deste Termo de Referência enquadra-se na modalidade de contratação direta por inexigibilidade de licitação, uma vez que o curso possui natureza singular, sendo prestada por profissionais especializados, enquadrando-se no inciso II do art. 25 da Lei 9.666/93, devendo ser adjudicado aos Docentes/Tutores selecionados por valor global, considerando a indivisibilidade do serviço de natureza de ação educacional.

Assim, o fornecedor foi selecionado observando os seguintes requisitos, nos termos da Súmula nº 252 do Tribunal de Contas da União:

✓ **Serviço técnico especializado;**

No que diz respeito ao serviço técnico especializado, tema que interessa a presente contratação, a Lei de Licitações regra o assunto no inciso II do artigo 25, combinado com o artigo 13 do mesmo Estatuto. Exprime referido artigo 25, verbis:

“É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

(...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação;

De outra ordem, diz citado artigo 13:

“Para os fins desta Lei, consideram-se serviços técnicos profissionais

Especializados os trabalhos relativos a:



TJAPAR020203359V01





(...)

VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

Assim, observa-se que o objeto do presente termo pode ser visto como inexigível, uma vez que o serviço a ser contratado encontra-se dentro do rol do artigo 13 da Lei de Licitações.

✓ **Natureza singular do serviço;**

O serviço é singular quando seu resultado não é previsível ou é incerto; quando o contratante, apesar de apontar as características do que pretende contratar, não tem como saber exatamente qual será o produto receberá com a conclusão da execução; é o serviço cujo resultado pode variar de executor para executor, ou seja, cada executor entrega coisa diferente do outro.

Nos serviços de treinamento, a execução se materializa com as aulas. É por meio desta ação que o professor/tutor/corpo docente, realiza o objeto. No caso do serviço de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, o resultado é o nível de aprendizado a ser obtido pelos alunos, o qual não é possível prever.

Logo, a conclusão inexorável é que o resultado da execução dos serviços prestados pelos docentes/tutor é imprevisível, o que o caracteriza como de natureza singular. Não é possível sequer imaginar qual será o nível de aprendizado obtido ao final de uma ação de capacitação.

Nesse diapasão, vale transcrever excerto do Acórdão 439/1998-Plenário, que será melhor abordado mais adiante, citando lição de Ivan Barbosa Rigolin, em artigo publicado ainda sob a vigência do Decreto-Lei 2.300/86:

“O mestre Ivan Barbosa Rigolin, ao discorrer sobre o enquadramento legal de natureza singular empregado pela legislação ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal (...) defendia que: ‘A metodologia empregada, o sistema pedagógico, o material e os recursos didáticos, os diferentes instrutores, o enfoque das matérias, a preocupação ideológica, assim como todas as demais questões fundamentais, relacionadas com a prestação final do serviço e com os seus resultados – que são o que afinal importa obter –, nada disso pode ser predeterminado ou adrede escolhido pela Administração



TJAPRO202203359V01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR e LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD.
Use 3361429 21792185-2025 - para a consulta à autenticidade em http://siga10-n06.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3361429_21792185-2025
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA Data e hora: 22/09/2022 17:17





contratante. Aí reside a marca inconfundível do autor dos serviços de natureza singular, que não executa projeto prévio e conhecido de todos mas desenvolve técnica apenas sua, que pode inclusive variar a cada novo trabalho, aperfeiçoando-se continuamente.”

(Treinamento de Pessoal – Natureza da Contratação in Boletim de Direito Administrativo – Março de 1993, págs. 176/79)

✓ **Notória especialização do docente que ministrará o curso.**

Segundo o magistério de HELY LOPES MEIRELLES:

“Serviços técnicos profissionais especializados, no consenso doutrinário, são os prestados por quem, além de habilitação técnica e profissional – exigida para os serviços técnicos profissionais em geral –, aprofundou-se nos estudos, no exercício da profissão, na pesquisa científica, ou através de cursos de pós-graduação ou de estágios de aperfeiçoamento”.

O docente, **César Augusto Rodrigues Sampaio** possui as seguintes qualificações: Bacharel em Direito. Analista judiciário, exercendo o cargo de Diretor de Secretaria da 6ª Vara Cível e Empresarial de Belém.

.1.1 **Dos critérios técnicos de habilitação**

Será requerido do contratado, para fins de habilitação, os seguintes documentos:

1-Declaração da Instituição empregadora ou contracheque, comprovando desconto do INSS, apenas na hipótese de já haver contribuição para o INSS, no regime geral, e para o fim de não ocorrer desconto no setor financeiro do TJE/PA;

2- Cópia do comprovante de titulação ou equivalente;

3- Cópia do RG, CPF e PIS;

4- Curriculum lattes.

5 – Certidão de regularidade fiscal junto a receita Federal;

.2 **Do impacto ambiental**



TJAPAR02020335SV01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR e LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD.
Use 3361429 21792185-2025 - para a consulta à autenticidade em http://siga10-n06.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3361429_21792185-2025
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA. Data e hora: 22/09/2022 17:17





A presente contratação está atenta às diretrizes de sustentabilidade socioambientais do Conselho Nacional de Justiça (Recomendação nº 11/2007) e do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Agenda Socioambiental), não havendo necessidade de providências para a solução a ser contratada.

● **DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

3.1.1. Objetivo geral:

- Ao final do curso os discentes estarão aptos a realizar movimentação virtual dos processos cíveis e criminais no sistema de gestão processual eletrônico – PJE, identificando a rotina e o fluxo adequado.

3.1.2. Conteúdo Programático:

Considerando a finalidade a que se propõe, o curso será desenvolvido com base nos seguintes conteúdos:

1 – PJE CÍVEL:

- 1.1 – Ambiente Virtual de processos.
- 1.2 – Retificação de autuação.
- 1.3 – Juntada de Documentos.
- 1.4 – Expedição de documentos.
- 1.5 – Comunicação de atos judiciais.
- 1.6 – Remessas.
- 1.7 – Baixa e arquivamento.
- 1.8 – Fase de cumprimento de sentença.

2 – PJE CRIMINAL

- 2.1 – Ambiente Virtual de processos.
 - 2.2 – Retificação de autuação.
 - 2.3 – Juntada de documentos.
 - 2.4 – Expedição de documentos.
 - 2.5 – Comunicação de atos judiciais.
 - 2.6 – Remessas.
 - 2.7 – Baixa e arquivamento.
- 3.2 **Do regime de execução do contrato no caso de serviço, ou forma de fornecimento**

Não se aplica (§3, inciso IV, art. 17 da Portaria nº 686/2020 – GP).



TJ-PA-PRO20220335SV01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR e LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD.
Use 3361429 21792185-2025 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n08.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3361429.21792185-2025>
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA. Data e hora: 22/09/2022 17:17





3.3 Das obrigações contratuais

3.3.1 O Contratado obriga-se a:

- a Prestar o serviço contratado no período e pela plataforma indicada pelo Contratante, com estrita observância das especificações deste Termo de Referência e seu anexo;
- b Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do serviço prestado, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990);
- c O dever previsto no subitem anterior implica a obrigação de, a critério do Contratante, reparar, corrigir e refazer às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, o serviço com objeções, ou que não atenda às especificações exigidas;
- d Atender prontamente a quaisquer exigências do Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;
- e Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas que antecede a data do evento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- f Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- g Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada;
- h Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- i Fornecer o material didático do curso em meio digital;
- j Emitir a certificação de participação no curso aos servidores no prazo de até 5 (cinco) dias úteis para emissão dos certificados.

3.3.2 O Contratante obriga-se a:



TJAP-PROJ02/2023358SV01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR e LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD.
Use 3361429 21792185-2025 - para a consulta à autenticidade em http://siga10-n06.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3361429_21792185-2025
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA. Data e hora: 22/09/2022 17:17





- a Receber o serviço, disponibilizando os servidores a participarem do curso na plataforma indicada, na data e hora acordados para realização do evento acadêmico;
- b Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do serviço prestado com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta apresentada, para fins de aceitação e recebimento;
- c Após a aceitação do serviço, atestar a Nota Fiscal no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a emissão e encaminhamento dos certificados pela Contratada;
- d Efetuar o pagamento após ateste da Nota Fiscal, na forma e prazo estabelecidos.

3.4 Da dinâmica de execução

3.4.1 – Etapas

- 1 Carga horária: 12 horas/aulas;
- 2 Tipo/Modalidade: Ensino a distância – Formato remoto/online (Plataforma Teams)
- 3 Período de realização do curso: 17, 18 e 19 de outubro de 2022;
- 4 Número de vagas: 40 vagas;
- 5 Local: Ambiente Virtual de Aprendizagem (Plataforma Teams).
- 6 Público-alvo: Servidores e servidoras recém – empossados.
- 7 Material didático: vídeos e textos que serão disponibilizados na plataforma.

3.5. Dos instrumentos formais de solicitação de fornecimento dos bens e/ou de prestação de serviços e das demais formas de comunicação

A solicitação de prestação de serviço será efetivamente realizada com o envio de nota de empenho ao contratado, através de e-mail funcional, respeitando as boas práticas de sustentabilidade ambiental praticadas pelo TJP, como, por exemplo, privilegiando a utilização de meios de comunicação virtuais, evitando, sempre que possível, a impressão de documentos.

3.6 Do prazo de vigência

Não se aplica (§3, inciso IV, art. 17 da Portaria nº 686/2020 – GP).

3.7 Demais prazos



TJPAPRO20220335SV01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR e LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD.
Use 3361429 21792185-2025 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n06.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3361429.21792185-2025>
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA. Data e hora: 22/09/2022 17:17





- 3.7.1 Prazo de entrega dos bens / execução dos serviços. O prazo para execução do serviço ocorrerá no período de 06 de outubro a 11 de novembro de 2022.
- 3.7.2 Prazo de garantia dos bens / serviços. Não se aplica (§3, inciso IV, art. 17 da Portaria nº 686/2020 – GP).

3.8 Garantia contratual

Não se aplica (§3, inciso IV, art. 17 da Portaria nº 686/2020 – GP).

3.9 Indicadores de níveis de serviço

Não se aplica (§3, inciso IV, art. 17 da Portaria nº 686/2020 – GP).

3.10. Do recebimento

3.10.1. Do recebimento provisório

Não se aplica (§3, inciso IV, art. 17 da Portaria nº 686/2020 – GP).

3.10.2 Do recebimento definitivo

O serviço será considerado aceito se for executado de acordo com as especificações definidas no item 3.1 deste Termo de Referência, e após a emissão do certificado pela Contratante.

O recebimento definitivo se dará mediante declaração (atesto) em nota fiscal, pelo responsável da unidade demandante, de que os serviços foram executados de acordo com as especificações contidas neste Termo e na proposta enviada pela Contratada.

3.11 . Da forma de pagamento

O pagamento será realizado no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a comprovação da execução do objeto contratado.

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta-corrente do Contratado. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada caso exista pendência em relação a regularidade fiscal (Fazendas Federal, Estadual, Municipal, Seguridade Social e FGTS) e trabalhista.

O Contratante, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à Contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou



TJAPPRO20220335SV01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR e LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD.
Use 3361429 21792185-2025 - para a consulta à autenticidade em http://siga10-n06.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3361429_21792185-2025
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA. Data e hora: 22/09/2022 17:17





indenizações devidas pela Contratada, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência

3.12 Classificação orçamentária com a indicação da fonte de recurso do orçamento do órgão e a indicação da nota de reserva

Esta contratação utilizará a seguinte dotação orçamentária:

- Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará;
- Funcional programática: 02.128.1417.8164
- Fonte: 0118;
- Elemento de despesa: 339036.
- Nota de reserva: 2022/656

3.13 Da transferência de conhecimento

Não se aplica (§3, inciso IV, art. 17 da Portaria nº 686/2020 – GP).

3.14 Dos direitos de propriedade intelectual e autoral

Não se aplica (§3, inciso IV, art. 17 da Portaria nº 686/2020 – GP).

3.15 Da qualificação técnica do profissional

O Docente CÉSAR AUGUSTO RODRIGUES SAMPAIO deverá encaminhar o currículo, demonstrando a notória formação e experiência profissional na matéria em relação ao objeto da presente contratação.

3.16 Dos papéis a serem desempenhados

PAPEL	ENTIDADE	RESPONSABILIDADE
Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato	TJPA	Equipe composta pelo gestor do contrato, responsável por gerir a execução contratual, e pelos fiscais demandante, técnico e administrativo, responsáveis por fiscalizar a execução contratual.
Fiscal Demandante do Contrato	TJPA	Servidor representante da área demandante da contratação, indicado pela referida autoridade competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos funcionais do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.
Fiscal Técnico do Contrato	TJPA	Servidor representante da área técnica, indicado pela respectiva autoridade



TJPA-PRO202203359V01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR e LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD.
 Use 3361429 21792185-2025 - para a consulta à autenticidade em http://siga10-n08.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3361429_21792185-2025
 Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA Data e hora: 22/09/2022 17:17



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 ESCOLA JUDICIAL DO PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARÁ

		competente, responsável por fiscalizar o contrato quanto aos aspectos técnicos do objeto, inclusive em relação à aplicação de sanções.
Gestor do Contrato	TJPA	Servidor com atribuições gerenciais, técnicas ou operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, indicado por autoridade competente do órgão.
Docente	Contratado	Profissional contratado responsável por ministrar o curso por meio da Plataforma Teams.

Obs. Em virtude da conveniência e oportunidade, considera-se que na contratação solicitada não se faz necessária a indicação de integrante e fiscal administrativo para compor as Equipes de Planejamento, e de Gestão e Fiscalização da Contratação.

Outrossim, em razão da contratação pretendida ocorrer de forma direta, não se vislumbra a necessidade de nomeação de integrantes para a Equipe de Apoio a Contratação.

A seguir, segue relação dos servidores designados para integrar a:

Equipe de Planejamento e Apoio da Contratação
Integrante Demandante Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar. Matrícula: 191736 Telefone: (91) 3110-6827 E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br
Integrante Técnico Nome: Luciana Maria Santos Moura Assad Matrícula: 171395 Telefone: (91) 3110-6810 E-mail: luciana.assad@tjpa.jus.br
Integrante Administrativo DISPENSADO
Equipe de gestão e fiscalização da contratação
Gestor do Contrato Nome: Jeferson Antônio Fernandes Bacelar. Matrícula: 191736 Telefone: (91) 3110-6827 E-mail: jeferson.bacelar@tjpa.jus.br



TJPA-PROJ02/2023359V01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR e LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD.
 Use 3361429.21792185-2025 - para a consulta à autenticidade em <http://siga10-n06.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3361429.21792185-2025>
 Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA. Data e hora: 22/09/2022 17:17





Fiscal Demandante

Integrante Técnico

Nome: Luciana Maria Santos Moura Assad

Matrícula: 171395

Telefone: (91) 3110-6810

E-mail: luciana.assad@tjpa.jus.br

Integrante Técnico

Nome: Luciana Maria Santos Moura Assad

Matrícula: 171395

Telefone: (91) 3110-6810

E-mail: luciana.assad@tjpa.jus.br

3.17 Das sanções

Pelo atraso injustificado, pela inexecução total ou parcial ou pela execução do objeto em desacordo com as especificações descritas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas as sanções previstas nos art. 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993.

- No caso da contratada deixar de executar total ou parcialmente o objeto da contratação, ficará sujeita à aplicação das penalidades abaixo descritas, respeitado seu direito ao contraditório e à ampla defesa:

- Advertência pelo não cumprimento de obrigações assumidas, desde que não interfira na execução dos serviços ou na sua conclusão e não traga prejuízos econômicos e funcionais a este Órgão;

- Multa Indenizatória de:

a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor global do contrato a cada reincidência do motivo determinante da aplicação da penalidade de advertência;

b) 30% (trinta por cento) sobre o valor global do contrato na hipótese de inexecução total do objeto;

- As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra;

- O valor da multa será descontado do pagamento do objeto contratado. Caso o valor da multa seja superior ao pagamento referido, ou caso ele porventura ainda não tenha sido feito, a diferença será cobrada administrativamente pela Contratante, ou ainda judicialmente.



TJAPAR020220335SV01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR e LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD.
Use 3361429 21792185-2025 - para a consulta à autenticidade em http://siga10-n06.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3361429_21792185-2025
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA. Data e hora: 22/09/2022 17:17





4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

A execução dos trabalhos previstos neste ato não implica nenhuma relação de emprego ou vínculo trabalhista.

Caberá a Secretaria de Planejamento, em atendimento a legislação vigente, reter o Imposto de Renda na fonte sob a remuneração paga aos professores e/ou palestrantes, bem como, os demais encargos tributários.

Belém, 29 de agosto de 2022.

JEFERSON ANTÔNIO FERNANDES BACELAR

Matrícula: 191736

Integrante Demandante

LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD

Matrícula 171395

Integrante Técnico



TJAPPRO20220335SV01



Assinado com senha por JEFERSON ANTONIO FERNANDES BACELAR e LUCIANA MARIA SANTOS MOURA ASSAD.
Use 3361429 21792185-2025 - para a consulta à autenticidade em http://siga10-n06.8080/sigaex/public/app/autenticar?n=3361429_21792185-2025
Documento gerado por SIDALIA DO AMARAL FERREIRA. Data e hora: 22/09/2022 17:17

